

A ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PARTIDO INDEPENDENTE DO URUGUAI (2005-2010)

RICARDO PETRUCCI SOUTO¹; ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹PPGCPol-UFPEL – petruccisoutorickardo@gmail.com

² UFPEL – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, na área da Ciência Política, apresenta um estudo sobre o Partido Independente (PI), agremiação uruguaia surgida em 2002. A ênfase reside na análise de sua atuação na Câmara dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados do Brasil) durante a legislatura 2005-2010, com vistas a participar do processo parlamentar e tentar influenciar a agenda legislativa.

O Uruguai é considerado pelos cientistas políticos como um país de sistema político consolidado, no qual se destaca historicamente a presença de dois partidos, Nacional (PN, também conhecido como Blanco) e Colorado (PC), existentes desde a fundação do país, no século XIX. A eles se somou, a partir de 1971, a Frente Ampla (FA). À sombra dos partidos principais sempre existiu uma série de pequenas legendas, correspondentes a setores da opinião pública, os chamados de “partidos de ideias” (PEREZ, 1984). Criado após sucessivas rupturas no campo da esquerda a partir da redemocratização (1984), o PI é mais uma dessas legendas.

O PI estreou nas urnas em 2004, quando elegeu um deputado para a Câmara de Representantes, composta por 99 cadeiras. Procurou consolidar-se como a quarta força do sistema político uruguaio, uma alternativa de centro-esquerda e social-democrata à FA e aos partidos históricos, PC e PN. Ele se apresenta como a continuação histórica de diferentes correntes de opinião social democratas, social-cristãs liberais, igualitaristas, ambientalistas e de cidadãos independentes.

Além de sua origem ideológica vinculada ao campo da esquerda, há algumas circunstâncias em torno da origem e do período em que o PI vem atuando na política uruguaia que o distingue de todos os demais partidos, grandes e pequenos. Ele iniciou sua participação eleitoral em 2004, nas mesmas eleições em que a FA não só alcançou pela primeira vez a Presidência da República como também a maioria absoluta nas duas casas do parlamento, posições que sustentou nos dois pleitos seguintes (2009 e 2014). Logo, o controle potencial da agenda política durante toda a existência do PI foi de um domínio de um único partido, o que rompeu com mais de 30 anos da tradição que obrigava à formação de governos de coalizão ou à negociação entre partidos rivais, configurando, conforme Lanzaro (2001), o “presidencialismo pluralista”. A partir de 2004, em tese, isto não seria mais necessário, pois o modelo passou a ser “majoritário”, como tipificado por Lijphart (2003), sob liderança da FA, legenda distinta daquelas tradicionais e que foi chamada durante muito tempo de “desafiante”.

O PI sempre procurou se distinguir da FA. Nesse sentido, ele é um partido de oposição, mas as suas origens e propostas programáticas o impedem de somar forças aos tradicionais PN e PC, que, pela primeira vez no âmbito nacional, passavam ao campo da oposição ao mesmo tempo.

Outra peculiaridade do PI é o fato de sua representação minúscula na legislatura analisada, fazer com que, aparentemente, seja um partido “irrelevante” no parlamento. Apesar disso, a legenda vem se mantendo no cenário político, sempre como um pequeno partido, mas apresentando a cada novo ciclo eleitoral crescimento em relação a si próprio. Suas principais lideranças (o senador Pablo Mieres e o deputado Iván Posada) gozam de reconhecimento e prestígio social. Mieres entende que isso resulta do fato de o partido tratar as questões políticas tecnicamente e de apresentar ideias sensatas e razoáveis. O senador reconhece que o voto do PI é de elite e afirma que o partido está em condições de assumir o desafio de governo, somente lhe faltando tamanho (MIERES, 10 maio 2017).

Desta forma, o trabalho pretendeu desvelar as estratégias do PI para demarcar e consolidar seu espaço, contrariando, assim, as expectativas negativas quanto à possibilidade de sua consolidação no sistema político uruguaio. Diante disso, definiu-se como problema de pesquisa: como o PI procurou participar do processo parlamentar e tentou influenciar a agenda legislativa?

A hipótese da dissertação é que, em sua atuação parlamentar, o PI procurou dar ênfase a uma agenda não necessária e sistematicamente contrária ao mérito das políticas públicas encaminhadas pelo governo, mas voltada a propor “correções”, “ajustes” e “aprimoramentos”. Logo, engaja-se no debate de todos os temas e projetos de lei relevantes discutidos no período e que mobilizaram a opinião pública uruguaia, ainda que tal posição fosse minoritária e não tivesse a perspectiva concreta de inclusão na versão final da deliberação buscando “ocupar espaço” e “firmar posição”.

Ponderou-se, ainda, que a adoção dessa estratégia foi favorecida pelas regras de funcionamento da Câmara de Representantes que asseguram, além das prerrogativas comuns a qualquer partido membro do parlamento (apresentar iniciativas de lei, pedidos de informação), o direito de manifestação e de participação nos processos deliberativos de plenário e de comissões a todos os partidos, por menor que seja sua representação.

Considera-se que a relevância social e científica da pesquisa reside na possibilidade de contribuir com a investigação sobre o papel que pode desempenhar um partido político minoritário em um país que conta com um sistema político partidário consolidado.

2. METODOLOGIA

A pesquisa procurou mapear a atuação do PI no que tange à participação em comissão e à apresentação de: (1) projetos de lei; (2) pedidos de informação; (3) solicitações de convocação de Ministros de Estado; (4) pronunciamentos e intervenção nos debates parlamentares. Para complementar, foram entrevistadas as duas principais lideranças do PI, Mieres e Posada, durante o mês de maio de 2017, em Montevideu.

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos. O primeiro, realizado por meio de revisão bibliográfica, narra o processo histórico-político que culminou com a criação do Partido Independente, suas características e atores centrais, bem como sua evolução e resultados eleitorais.

Também se servindo de revisão bibliográfica, o capítulo seguinte descreve a organização político-administrativa do Uruguai e as regras de funcionamento de seu parlamento, de modo a demonstrar os recursos de que dispõe um partido político para sua atuação e situar o cenário em que o PI foi analisado.

No terceiro capítulo foi desenvolvida a investigação propriamente dita, buscando-se resposta ao problema, testando-se a hipótese e os objetivos

perseguidos, mediante exame, análise e discussão do material empírico recolhido no trabalho de pesquisa. Ele se inicia pela descrição do cenário político do período e a composição do parlamento na legislatura estudada, de modo a dimensionar o tamanho do PI frente aos outros três partidos representados (FA, PC, PN). Na sequência, aborda a participação do PI: no sistema de comissões; nas leis aprovadas; nos projetos apresentados; nas ações de fiscalização (interpelação de ministros e pedidos de informações) e, por fim, a intervenção nos debates parlamentares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstrou que o PI efetivamente tem logrado êxito na estratégia adotada para seu crescimento e consolidação. O crescimento do partido pode ser constatado nas Figuras abaixo:

TABELA 1 – Composição do Parlamento do Uruguai conforme as eleições do período 2004-2014

Partido	Câmara de Representantes			Senado		
	2004	2009	2014	2004	2009	2014
FA	52	50	50	17	17	16
Nacional	36	30	32	11	9	10
Colorado	10	17	13	3	5	4
Independente	1	2	3	-	-	1
União Popular	-	-	1	-	-	-
Total	99	99	99	31	31	31

Fonte: Parlamento do Uruguai (<http://www.parlamento.gub.uy/palacio3/index1280.asp?e=0&w=1366>)

Informações	2004	2009	2014
Votação (Presidente, em %)	1,84	2,49	3,09
Eleitos	Iván Posada	Iván Posada Daniel Radio	Iván Posada Daniel Radio Heriberto Sosa Pablo Mieres*

QUADRO 1 – Votação do PI nas eleições presidenciais e bancada eleita no período 2004-2014

* Senador, todos os demais, deputados

4. CONCLUSÕES

Há estudos sobre a atuação das bancadas parlamentares dos grandes partidos uruguaios (CHASQUETTI, 2013, 2012, 2011a, 2011b, 2009, 2008d; MOREIRA, 2003; CHASQUETTI; MORAES, 2000; LANZARO et al., 2000) e até um grupo de pesquisa ligado ao Instituto de Ciência Política da Universidade da República voltado ao estudo do parlamento uruguaio (Programa de Estudos Parlamentares), no âmbito do qual se produzem análises de conjuntura, artigos e trabalhos de pós-graduação. Porém poucos – para não dizer nenhum – sobre como se comportam historicamente os pequenos partidos que alcançaram representação e, menos ainda, sobre o PI em particular, mais recente “encarnação” dessa modalidade de organização partidária no país. Entende-se que o trabalho foi uma modesta contribuição para cobrir essa lacuna.

Os resultados indicam que a bipolarização da política uruguaia não impediu que a pré-dica e a atuação parlamentar do PI encontrassem algum eco na sociedade uruguaia, redundando, além da conquista de credibilidade, na ampliação de sua participação nas urnas e no parlamento, levando a supor que sua estratégia vem produzindo resultados. Assim, pode-se dizer que a hipótese levantada para o problema pesquisa restou confirmada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASQUETTI, Daniel. Cabinets and legislative cartels in Uruguay: examining the legislative consequences of government formation. *Journal of Politics in Latin America*, v. 5, n. 1, 2013, p. 67-94.

CHASQUETTI, Daniel. Parlamento re-activo. De cómo partidos poderosos habitan en una legislatura con potestades recortadas. *POSTData - Revista de Reflexión y Análisis Político*, Buenos Aires, v. 17, n. 1, abr. 2012, p. 13-49.

CHASQUETTI, Daniel. El Costo de pasar. Gobiernos de coalición y gobiernos de partido en el legislativo uruguayo. In: ALCÁNTARA, Manuel; GARCIA MONTERO, Mercedes (Ed.). *El Poder Legislativo en América Latina*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2011a, p. 537-561.

CHASQUETTI, Daniel. El Secreto del éxito: presidentes y cárteles legislativos en Uruguay (1995-2010). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, v. 20, n. 1, 2011b, p. 9-32.

CHASQUETTI, Daniel. Actividad del poder legislativo. In: CAETANO, Gerardo; GARCÉ, Adolfo; MANCEBO, María Ester. *Encrucijada 2010 – La Política uruguaya a prueba*. Informe de Coyuntura n. 9. Montevideo: Instituto de Ciencia Política; Fin de Siglo; Clacso, 2009, p. 113-125.

CHASQUETTI, Daniel (Coord.). *El Parlamento uruguayo: imagen pública y producción legislativa durante el período 2005-2007*. Montevideo: Convênio Poder Legislativo-Universidad de la República, 2008d. Disponível em: <<http://www.mediafire.com/file/p5s981spdxuaglx/6.+Informe+Final+Parlamento+-+Mar+08.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

LANZARO, Jorge. Uruguay: las alternativas de un presidencialismo pluralista. In: LANZARO, Jorge (Ed.). *Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 283-317.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MIERES, Pablo. *Entrevista*. 10 maio 2017 [concedida a Ricardo Petrucci Souto].

PÉREZ, Romeo. *Partidos de ideas*. Montevideo: Claeh, 1984.